

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

CAMPANHA DE INQUÉRITOS E LEVANTAMENTO DO
ENSINO MÉDIO E ELEMENTAR.

Documentos iniciais

Fevereiro de 1 953.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Rio de Janeiro - BRASIL

CAMPANHA DE INQUÉRITOS E LEVANTAMENTOS DO ENSINO MÉDIO E ELEMENTAR

(C.I.L.E.M.E.) - PELOS PROFESSÔRES JAYME ABREU E TOBIAS NETO.

1. A instituição da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, cuja atuação inicial terá por campo o ensino secundário no Brasil, se enquadra na diretriz de trabalho que para o Inep planejou o seu atual Diretor, ao se empossar: "Teremos, pois, de dar início a um movimento de reverificação e reavaliação dos nossos esforços em educação. E é com este espírito, Senhor Ministro, que aceito a investidura com que me honra o Governo da República. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência do nosso ensino. Não podemos continuar a crescer do modo por que vamos crescendo, porque isto não é crescer mas dissolver-nos".

2. Em execução ao que assim se planejara, foi elaborada a Exposição de Motivos 833/52, de 21 de julho de 1952, propondo a instalação da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar e que, apresentada pelo Exmº Sr. Ministro da Educação ao Exmº Sr. Presidente da República, mereceu despacho aprovador de S. Exª.

Visamos com o presente trabalho demonstrar quanto se justifica a instalação da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar.

3. É fato objetivamente comprovável que dos três grandes

graus de ensino, nenhum terá entre nós vivido mais à revelia seja do zêlo vigilante do poder público, seja de uma segura consciência profissional do que o ensino médio.

Colocado em meio à pirâmide, cuja base é o ensino elementar e cujo vértice é o ensino superior, situado assim entre a educação fundamental que já se reclama generalizada e a educação de elites, necessariamente seletiva, as quais, por seus respectivos aspectos de formadora de massas e preparadora de elites dirigentes, merecem prioridades do poder público e preferencial cooperação de organizações internacionais, ficou assim o nosso ensino pós-primário praticamente entregue à sua própria sorte.

Em favor porém do seu crescimento numérico sopravam os ventos do após-guerra mundial: "é sob a bandeira da escola secundária para todos, ou da escola secundária única, que a campanha se desenvolveu entre as duas guerras. E em consequência das mutações causadas pela recente guerra ela está a pique de ganhar agora o mundo inteiro". (P. Rossello).

Cresceu, pois, por auto-propulsão, expandiu-se quantitativamente ao impacto de vigoroso, desordenado e descontrolado ímpeto, cuja mola mestra estava, essencialmente, em suas admitidas virtualidades de alavanca para mudança individual de "status", e de instituição conferidora de "prestígio" à comunidade. Dessa expansão quantitativa, cujos índices estatísticos são de inequívoca significação, deve reconhecer-se que esteve praticamente ausente o poder público, seja pela alegada impossibilidade de prover-lhe diretamente os encargos materiais, seja pela adoção de normas inoperantes para preservação dos seus padrões de qualidade ou, siquer, de autenticidade.

4. A quem venha acompanhando a evolução do pensamento edu-

cacional brasileiro, não pode passar despercebido que neste setor do ensino médio e nêle, especialmente, no ensino secundário, área de sua grande expansão, tem sido francamente capitulacionista, por omissiva, a atuação dos nossos líderes educacionais quanto às responsabilidades, diretas ou indiretas, do Estado, no particular.

Analisando-se, por exemplo, a vigorosa filosofia educacional dos pioneiros da educação renovada, pelos idos de 1932, ou considerando-se a posição doutrinária de vanguarda, dos seus autores e das suas associações de classe, quanto aos direitos, deveres e responsabilidades de Estado na educação, tem-se de convir que houve um relaxamento do t^onus de vigilância doutrinária, uma resignada, fatalizada conformidade a um novo estado de cousas, cujo ímpeto expansionista, talvez assustador, não podia ensejar atitude de absenteísmo expectante por parte dos responsáveis pela educação. E assim, essa "expansão", navegando a todo vapor e à deriva, teria, fatalmente, de trazer, em seu bôjo, os estigmas que hoje se lhe apontam, inerentes a todo o crescimento desordenado e tumultuário.

É bem lembrar que "crescem", também, as células gigantes, mas, êsse patológico crescimento não é sadio crescer, é hipertrofiar-se ao preço do aniquilamento do organismo em que medram.

5. No que diz respeito à alegada impossibilidade material de atender o Estado, de próprio e convenientemente, ao problema da melhoria e da suficiente expansão do ensino de segundo grau, deve-se assinalar que muito dessa impossibilidade corre à conta do grau de prioridade que êle concede ao problema educacional. Estudos, inclusive, já têm sido elaborados e apresentados a congresso de educadores, mostrando, por exemplo, como uma bem estudada cobrança

de taxa, dita de "Benefício Educacional", através das Caixas de Aposentadorias e Pensões, Institutos e Autarquias, conjugada às contribuições dos Governos, Federal, Estadual e Municipal, levaria o ensino médio a uma ponderável expansão, libertando-a porém dos atuais inconvenientes nela predominantemente registrados, oriundos em grande parte da proliferação de empresas particulares, organizadas com fins de lucro.

Assinale-se a respeito que uma das condições que torna inelegível, para fins de "acreditação", uma instituição escolar no sistema educacional americano é a de operar com implícitas ainda que irreveladas finalidades de lucro, tanto são essas finalidades antinômicas aos objetivos da educação. (Vide Boletim de Abril de 1951 da "North Central Association of Colleges and Secondary Schools").

Não se pode porém identificar qualquer esforço organizado para estudar a questão nos moldes acima lembrados, ou em regime cooperativista, nem encontrar iniciativa oficial para que o equacionamento do problema do crescimento do ensino do 2º grau, refuja aos "clichés", ora vigentes, que são os de passar adiante a tarefa, dela incumbindo a terceiros, sem o necessário eficiente contrôle do seu rendimento.

Não fôra assim e não se entenderia, por exemplo, a imensa voga da indiscriminada concessão de "bolsas de estudo" oficiais em estabelecimentos particulares, sem uma tomada de consciência sobre o acerto dessa atitude, se ela se recomenda e justifica ou até que ponto representa fuga a uma solução frontal do problema.

Parece que o solerte e calvo "slogan" de que o ensino oficial é caro, e, por isto, de extensão inviável, apresenta aos

que o perfilham a sedução das idéias simplistas ou o encanto de fácil evasão a uma séria e pelejada resolução do problema, quando o preço que deve uma comunidade pagar pela fórmula "baixo custodo ensino", demagógicamente apresentada e aceita como sua democratização, é, nem mais nem menos, que o lógico sacrifício de seu padrão, e a autofagia dos que a utilizam.

Valeria a pena reproduzir o que disse a respeito, por tanto, E. P. Cubberley em "Public School Administration", ao menos para meditação dos nossos responsáveis pela educação que se refugiam no pretense "slogan" salvador do "ensino barato para muitos".

"Se um sistema barato de instrução é desejado pelo povo de uma cidade o sistema escolar não será desenvolvido, os cursos de instrução não serão enriquecidos, e nenhum esforço será feito para prover às necessidades educacionais.

Uma escola elementar baseada totalmente em livros-textos e classes numerosas; sem jardins de infância, treinamento manual ou instrução em ciências domésticas; uma escola secundária livresca (línguas, história, inglês, matemáticas e ciências à base de livros-textos) eis o mais barato tipo de sistema educacional a estabelecer.

Os professores para tal instrução custam menos; as classes podem ser maiores; poucos ou nenhum supervisor serão precisos; haverá pequeníssimo gasto para equipamento escolar e nenhuma despesa extraordinária ocorrerá com a construção de prédios escolares e salas adaptadas a determinado tipo de instrução; grandes prédios escolares não serão precisos e despesas elevadas serão reduzidas a um mínimo. Um professor, uma sala de aula, algumas cadeiras, uma lareira e algum combustível, poucos mapas e livros e uma peque

na despesa para papel, lápis, tinta e giz representam o equipamento necessário a tal instrução".

E ainda: "Um exame de dados de censo e de serviços; lista de salários e despesas classificadas e os cursos de estudos publicados de algumas de nossas cidades americanas pareceriam indicar que, conciente ou inconcientemente, algumas de nossas cidades ainda estão mantendo tal tipo de sistema escolar barato. Um exame atual dêesses itens comparados aos de uma década atrás, indica todavia acentuado progresso em matéria de despesas e, por isto, em consciência educacional, no último decênio".

"Educational consciousness", diz Cubberley. Efetivamente, nem mais nem menos, trata-se de puro e simples caso de "consciência educacional" esclarecida.

7. Também no aspecto de preservação do bom teor qualitativo do ensino ministrado, não é confortador o que se pode apontar na área do ensino secundário.

Arraigados hábitos de rotina formalista, de normas diretivas centralizadas, de fiscalização desaparelhada, de orientação inexistente, de visada uniformidade ao invés de equivalência pedagógica, conduziram o funcionamento da escola secundária ao reino da formalidade e da contrafação.

De como se processou estruturalmente a expansão do ensino secundário, quais são os seus padrões de efetivo funcionamento escolar, eis indagações que ainda estão por apurar.

Episódicamente, surgem notícias jornalísticas envolvendo críticas leigas desfavoráveis aos resultados apurados em provas de habilitação a que se submetem alunos, seja para escolas superiores ou para qualquer outro ramo de atividade.

O que tem, todavia, oficialmente importado apurar, até

hoje, é a observância, real ou aparente, de formalidades legais.

O processo vigente de classificação de estabelecimentos de ensino secundário não objetivou estudar a "fisiologia" funcional de um colégio.

Tem-se limitado à verificação de aspectos materiais e à apuração do cumprimento de artigos de lei, e a bem dizer, é mais serviço de enumeração ou de registro estatístico do que mesmo de medida, sem nada que o aproxime de avaliação de funcionamento.

Se essas enumerações fossem generalizadamente fidedignas, o que, demonstravelmente, está longe de ocorrer, poder-se-ia dizer que estávamos ainda na fase do estudo anatômico do organismo educacional.

Assim reconhecia o anacronismo dessa etapa, recente - mente, ex-Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação, quando proclamava, sobre os critérios oficiais vigentes para classificação de estabelecimento de ensino secundário: "Atualmente, feita exclusivamente em função das condições materiais, ficará suspensa até que se possam incluir outros fatores, na avaliação da qualidade dos educandários, estabelecendo as autoridades superiores do ensino, normas seguras para incentivar a melhoria do ensino, do prédio e das instalações".

8. Até o presente porém, êsses "outros fatores" não passaram a uma fase de aplicação prática, sendo mantidos os antigos critérios estáticos e de ordem material, inclusive na recente Portaria Ministerial nº 501, de 19 de maio de 1952, que expediu instruções relativas ao ensino secundário, sem nenhuma diretriz que pudesse alterar o statu-quo.

É de crer no entanto que outra já poderia ser a situa -

ção se o funcionamento do I.N.E.P. como "o centro de estudos de tôdas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde" e como promotor "de inquéritos e pesquisas sôbre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sôbre os vários métodos e processos pedagógicos" (Decret-lei nº 580 de 30 de julho de 1948), tivesse tido usual utilização, prevista aliás no Regimento da Diretoria do Ensino Secundário (Decreto 20.302 de 2 de janeiro de 1946), quando, no parágrafo segundo do artigo 5º, estabelece:

"manter: estreita cooperação com o Instituto Nacional de estudos Pedagógicos, dêste recebendo sugestões sôbre as condições de que trata o ítem I (verificação de estabelecimentos de ensino) e fornecendo-lhe o resultado de observações que se fizeram na aplicação das mesmas".

9. George S. Counts, em seu famoso ensaio, "Dare The school build a new social order", diz-nos da imensa fé dos norte-americanos no poder da educação.

"Como todos povos simples e sinceros, nós, Americanos, temos uma sublime fé na educação. Frente a qualquer difícil problema da vida, soçegamos nossos espíritos, mais cedo ou mais tarde, pelo apêlo à escola".

Por motivos cuja interpretação talvez envolva um círculo vicioso, não se pode identificar nos brasileiros esta sublime fé na educação.

Houve esta fé e não se aceitaria, com tranquila indiferença, sem eiva de inquietação inquiridora, êsse crescimento desordenado da educação post-primária, nem essa massiça delegação, de ato público de tal gravidade à revelia de cuidados especiais.

Não se iria pretender "recuar o rio ao seu nascedouro", porém nunca "nos deixar levar preguiçosamente por êle". Refletir-se-ia, a visadamente, ao pensar na educação e em seus efeitos que ela "preenche tôdas as características que definem o ato público" e que ela "resultam as mais importantes e graves consequências para o conjunto social". Não se concordaria com essa ausência ou insuficiência do Estado na manutenção, no crescimento e na melhoria de suas escolas, nem na sua deficiência quanto à orientação educacional e até mesmo quanto à simples fiscalização das instituições educativas. Ao referir-se a essa grave investidura de ato público em mãos privadas, em Exposição de Motivos sôbre a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, parece que o seu autor se aplacou de possíveis temores sôbre a responsabilidade do cometimento, ao afirmar:

"O projeto estabelece o princípio de que as pessoas particulares, individuais ou coletivas, que mantenham estabelecimentos de ensino secundário, são consideradas como no desempenho de função de caráter público, cabendo-lhes em matéria de educação os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público. Decorre dêste princípio a condenação do interesse comercial que porventura pudesse influir em qualquer organização escolar".

Seria necessário todavia que houvéssemos chegado a uma etapa de alta consciência profissional, ao invés daquela baseada em prescrições legais em que tem vivido a nossa educação, para que êsse princípio tivesse consequências práticas decorrentes de sua aceitação como norma ética.

10. Não estamos fazendo uma mera generalização opinativa ao afirmar o desfavor do nosso ensino de segundo grau em relação ao nosso ensino elementar e ao superior.

No ensino de primeiro grau, ainda que reconhecidamente insuficiente e deficiente, já existe um pacífico consenso em torno à necessidade de sua generalização, como escola nacional, através da escolaridade obrigatória, para a qual convergem esforços de todos os quadrantes. ("A common ground for all peoples"). É outrossim ambiente menos impérvio que o do ensino médio a adoção de uma atualizada filosofia da educação e dos processos metodológicos decorrentes.

No ensino superior, vulnerado embora pelo impacto destruídos de uma outra recente "expansão" sacrificadora de padrões, com os "reconhecimentos" e as "federalizações" em massa, há, pelo menos, a inestimável conquista da autonomia das Universidades, expressiva vitória em relação à nossa ortodoxia centralizadora, rica de estímulos à responsabilidade e emulação criadoras. Deve se aceitar também a possibilidade de incentivo ao pessoal docente através da elevação de seu padrão de vencimentos, (embora sem incidir no erro de aí localizar a chave do problema educacional), bem como pelas oportunidades de aperfeiçoamento que começam a lhe ser oferecidas. E no ensino médio? Quais os seus sinais de saúde? Onde localizá-los? Não há pessimismo derrotista ou negativismo apriorista ao se concluir pela negativa, é o que passamos a demonstrar em traços largos. Tendo de manter ainda, predominantemente, o seu aspecto seletivo, mercê da debilidade de solicitações e de oportunidades determinadas pela nossa infra-estrutura econômica, os padrões racionais de seleção e controle de eficiência que dele se deveria exigir, obedecem a critérios de discriminação social ou econômica e de nivelamento formal, que lhe atingem em cheio a estrutura. Expandí-lo, é pelo caminho fácil de imprópria delegação a terceiros ou de demagógicas soluções

de compromisso com aparências formais; vigiá-lo, estimulá-lo, aprimorá-lo, não tem sido tarefa alcançada pelo Estado.

Não temos dados atuais a respeito, mas é oportuno lembrar que ainda em 1945, os Estados e o Distrito Federal, do que destinaram à educação em geral reservaram 57,28% para o ensino primário, 10,06 para o ensino superior e 2,57 para o ensino secundário, "deixando o Governo à iniciativa privada tóda a tarefa de difundi-lo". (Revista do Inep - Volume XII - nº 32 - janeiro-abril - 1948).

Qual a ação supletiva do govêrno federal, por exemplo, para melhor provê-lo materialmente e elevar-lhe os padrões de eficiência? Dir-se-á, e aí está o grande argumento dos otimistas do crescimento, que através da formação dos seus professôres pelas Faculdades de Filosofia, se estará atendendo a um dos aspectos realmente cruciais do problema. A êsse pressuposto, seria po rém de arguir:

- a) até onde essas Faculdades, considerados os processos atípicos pelos quais se constituíram os seus corpos docentes, e as suas possibilidades materiais, poderão estar desempenhando, efetivamente, essa tarefa, como o fazem, por exemplo, as Escolas Normais Superiores no sistema educacional francês?
- b) Qual o coeficiente que representam, quantitativamente, êsses professôres, em relação às exigências numéricas e a área geográfica, das necessidades docentes do ensino secundário brasileiro?

A primeira pergunta envolve comprovação por fazer e a segunda a resposta de que o coeficiente buscado não irá além de 15% e ainda assim concentrado praticamente nas grandes capitais. Como cooperação do govêrno federal à expansão e melhoria do ensi

no de segundo grau, em índice já assinalável, pode-se apenas referir a que vem o "Inep" prestando para formação e aperfeiçoamento, em nível médio, de professores de ensino elementar. À conta dêsse abdicacionista "laissez faire" educacional que estaria a exigir dos nossos patriotas, se crentes na educação, maiores temores que aquêles oriundos da exploração privada de riquezas naturais, as maiores deturpações sentaram praça e adquiriram foros de pacífica cidadania.

Será necessária uma revolução coperniciana para situar o discente na comunidade como o centro ecumênico da educação e não vê-la convertida num negócio que diz respeito predominantemente a interesses de professores, cujas reivindicações são a medida de julgamento das reformas, ou o eixo em torno do qual se compõem os orçamentos... Reformas e orçamentos julgados assim bons ou maus na medida em que atendam "reivindicações de classe", identificados como a "suma" dos interesses da educação, deformação que envolve uma falsa posição do problema, de evidente gravidade.

Ainda é à conta dêsse "laissez faire" que não há qualquer tentativa de ao menos esclarecer a impropriedade dessa expansão unidirecional do ensino médio, circunscrita ao setor do ensino acadêmico, ressalvado embora que nessa escolha militam determinantes oriundas da estrutura social, dificilmente mutáveis por uma super-estrutura, como é a educação, cujas mudanças "têm ocorrido sempre depois de mudanças no statu-quo".

11. Os sintomas dêsse desajustado estado de cousas estão exigindo, imperativamente, um estudo em profundidade de sua etiologia.

Porque nenhuma contraste mais nítido que aquêles existen

te entre a filosofia educacional que tem informado as nossas reformas de educação e a realidade educacional existente.

L. J. Carr, aliás, em "Situational Analysis", cita Sumner, quando êste diz que uma instituição consiste de uma ideologia e uma estrutura. - "A idéia é realmente o mito da instituição, sua nacionalização, a teoria cultural de seus propósitos, sua crença básica, seus ideais. A estrutura é o padrão de relações e comportamento que é encarado como essencial para realizar o mito. Já assinalamos que nossas organizações institucionais, isto é, famílias particulares, escolas, governos, igrejas raramente se conduzem conforme seus próprios mitos. Em dado tempo a teoria de vida de família, govêrno, educação em uma cultura particular é sempre melhor que a média de sua prática. Isto é devido a múltiplos fatores, tais como ignorância, diferenças individuais, inadequada integração de personalidade (domínio ocasional do impulso) estreito interêsse pessoal (socialização deficiente), ineficiente organização social, meios inadequados de contrôle e etc".

As duas últimas grandes reformas, após a revolução de 1930, quer a de 1931 como a de 1942, sublinharam expressamente o objetivo de formação do adolescente no ensino secundário, pensando em reagir ao ensino de informações, livresco, verbalista e deseducativo que já era alvo das críticas de Ruy Barbosa nos seus pareceres sôbre o Ensino.

Mas o descompasso entre a super-estrutura ideológica e a realidade estrutural da educação subsiste com imutável fixidez, como não pode deixar de ocorrer sempre que se pretende os fins, sem querer os meios, como se fins fôsem dissociáveis de meios,

E assim, vários lustros depois da Reforma Francisco de

Campos, que pretendia reagir contra êsse estado de cousas, os representantes do Ensino Médio oficial, integrantes da Sub-Comissão de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, repetiam, em impressionante uniformidade de registro:

"Não podemos afirmar de modo algum, que os hábitos de ensino de informações, de longo tempo fixados em nosso meio, se tenham extirpado".

Mais grave ainda, porque põe em dúvida até o próprio valor dessas "informações", é aquela afirmativa da Comissão de Professôres estrangeiros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo, publicado no Anuário dessa Faculdade, afirmando que nada é possível esperar do ensino universitário brasileiro, "enquanto o ensino secundário persistir em sua atual inatividade". Não há, pois, quem admita que a nossa escola secundária atinja seus desejados objetivos formadores, discutindo-se, apenas, se, de regra, informará suficientemente.

Há todavia quem sustente tese mais grave, qual seja a de que esta escola não só não educa, não instrui, como deforma.

Foi através de representante do ensino secundário particular, de instituição confessional, que se sustentou essa tese no Congresso dos Estabelecimentos de Ensino Particular, reunido em São Paulo, em 1948:

10 "Os capitães da indústria na grande maioria são homens que não tiveram num o curso secundário, diria que felizmente não se viciaram ou não foram atingidos pelo veneno sutil que traz em si o nosso sistema educacional, um veneno que embota o pensamento, mata a iniciativa e forma gerações de passivos e de escravos da opinião e das cricunstâncias".

Assinale-se que êsse depoimento é emanado de represen-

tante do ensino particular, pelo qual são atendidos mais de 85% dos nossos adolescentes que frequentam a escola secundária.

12. "É necessário que os métodos ativos penetrem no ensino ou que este se torne de mais e mais estranho às preocupações dos jovens; mas de nós em parte depende que os métodos ativos sejam algo mais que um jôgo, uma agitação superficial, um fluxo de imagens ou ao contrário que eles se confundam com a livre disciplina do espírito". Pela confluência de fatores vários, inclusive os acima referidos, esta situação da escola estranha "as preocupações dos jovens", vai-se caracterizando cada vez mais nitidamente.

E já a decepção com a educação dos adolescentes pelo sistema escolar comum, conduz ao florescimento de instituições que esporadicamente a isto especialmente se propõem, ainda que com os onus da falta de espírito de sistema, porém em outros moldes de eficácia, V.G., a iniciativa da Aeronáutica, em São José dos Campos.

Por outro lado, a saturação dos quadros do funcionalismo público, juntamente com as exigências de capacidade para o pessoal integrante das atividades privadas, criou o problema da absorção dessa massa "diplomada" ou "certificada" sem as correspondentes reais habilitações.

Dêsse impacto criador de uma "chomage" intelectual, por deficiência e por saturação, evidentemente "mais perigosa, sob certos aspectos, que a "chomage" das profissões ditas "manuais" adveio mal-estar que tornou ainda mais imperiosa a investigação frontal do problema, no mesmo cerne de suas verdadeiras causas.

13. Olhando mais a fundo a questão poder-se-á dizer que sendo a educação uma super-estrutura, o que nela ocorre é efeito

e não causa, reflexo das inspirações e dos padrões que emanam do tipo da comunidade a que serve, da qual recebe os moldes de funcionamento.

Nem menos certo que sendo criatura e não criadora de determinada estrutura social, só vigorosa e autêntica pode ela ser, em regimes de vigoroso funcionamento.

Esse determinismo histórico, todavia, se não põe na dependência dos educadores "que isto aconteça ou não aconteça", permite todavia que "que isto aconteça deste ou daquele modo". Permite, e mais do que permite indica, que a análise da correspondência entre a super-estrutura educacional e a estrutura social, seja uma permanente tomada de consciência, por isto que o assunto não tendo a simplicidade que pode aparentar tem todavia básica importância.

Bogdan Suchodolsky, professor de Pedagogia na Universidade de Varsóvia, estudando, com E. Vermeil, Professor da Sorbonne e Helen Liddell, do Royal Institute of International Affairs, o problema da reeducação na Alemanha ocupada, situa com muita lucidez a verdadeira posição do problema da educação em relação à comunidade. Admitindo que "Atividade educadora não possui força social ativa por si mesma" e que a "educação não é senão uma expressão de situações objetivas e é sempre tal qual estas situações a criaram", ressalta todavia: "se o trabalho da educação depende em grande parte de situações objetivas sociais e políticas, ele tem todavia tradições que lhe são próprias e às quais fica sujeito.

Sucedem muitas vezes que no trabalho da educação se perpetuam tradições da vida social e política. Conflitos então surgem entre a educação e as condições de vida e eles podem entre -

entravar ou retardar de um modo considerável a marcha da reforma e da reeducação".

Esta é ao nosso ver, a situação de nossa educação: não tem aquele importante papel que lhe concede Dewey, "na produção de mudança social", não chega a ser conservadora estandardizadora institucional de estruturas sociais, como tem sido sua tradição bi-milenar desde Aristóteles; está naquela fase a que se refere Suchodolsky: perpetuando situações já superadas na vida social e política.

14. Não haveria singularidade no registro de aspectos desordenados e tumultuários no crescimento do nosso ensino secundário. Em maior ou menor grau êles se assinalaram nesse fenômeno hodierno quase universal que é o da extensão da escolaridade aos adolescentes.

O que constitui estranha peculiaridade é que se processando êle há duas décadas venha se realizando a bem dizer à revelia dos que por êle devem velar. Sem pausas para meditação nem tomadas de consciência, que não devem conduzir a um dirigismo cego, mas inspiradas por uma orientação de liberdade, confiança, responsabilidade, e viva consciência profissional e cívica.

A advertência de James Mursell a respeito é lúcidamente elucidativa: "em toda a aprendizagem vital e com propósito, a avaliação é contínua. Por avaliação contínua entendemos a aplicação permanente de padrões críticos áquilo que se está intentando fazer".

15. São estas ligeiras considerações preliminares, à base dos fatos e à luz da doutrina educacional, que, mais do que justificam, impõem o trabalho árduo e difícil quão necessário a que se propõe a "Cileme".

Não será pois excessivo que se sublinhe não só a oportunidade indiscutível dêsse inquérito, como o dever indeclinável de sua realização pelos responsáveis pela educação nacional.

E para tal é preciso que se esclareçam as consciências, sempre que possível, por isto que é das mais prementes a necessidade de formação de uma vigorosa, atuante, responsável consciência educacional em nossa pátria.

Nenhum método mais eficaz para se alcançar êsse desideratum do que a superação da fase de apreciações subjetivas, ou de generalizações opinativas, com que vem sendo julgada a educação nacional, tôdas elas de relativa segurança e tanta vez controladas, por mais autorizados que sejam os opinantes.

Precisamos, queimando etapas, passar à fase de realização de inquéritos objetivos, por processos válidos de medida, avaliação e julgamento, superando as grandes dificuldades de uma tarefa sem qualquer precedente histórico no Brasil e cheia de intrínsecos problemas.

"Enquanto assim não procedermos, não poderemos progredir nem fazer recomendações para qualquer progresso, que não sejam de valor puramente individual ou opinativo".

Urge deixar-se a fase estática de enumerações materiais ou de generalizações estatísticas para "procurar medir a educação, não somente em seus aspectos externos, mas em seus processos, métodos, práticas, conteúdo e resultados reais obtidos".

É certo que a primeira e maior exigência dessa jornada será a da capacidade e a do bom espírito profissional dos seus executantes, no discernimento e no uso de métodos capazes de dar cunho de validade aos resultados apurados, através da aplicação do método científico de pesquisa, com o resguardo de seus

peculiares aspectos de permanente verificação, revisão e reconstrução. Igualmente, os arraigados hábitos nacionais do encarar a educação como pura emanção de atos oficiais de autoridades, exigirão também e indispensavelmente, que o prestígio oficial se faça presente, para o êxito do empreendimento.

Sem dúvida, porém, o coeficiente de aceitação voluntária dêste amplo "survey" social, por esclarecimento e compreensão do problema, há de ser fundamentalmente buscado entre educandos, educadores, família, comunidade, porque sua conquista representará a criação dessa indispensável consciência nacional de educação, sem cujo prestígio, como opinião pública organizada, será precário mais êste esforço pela nossa reconstrução educacional que ora se vai intentar.

jsp

mp-5/3/953